

novo

DEGASE



concurso público

PEDAGOGO

Data: 15/01/2012
Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as propostas de temas para a Redação:

Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Redação
01 a 10	11 a 15	16 a 25	26 a 50	Temas

- b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
c) Um **Caderno de Prova de Redação**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, alculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.
b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA

O acentuado crescimento da violência no Brasil, todos sabemos, tem como causa uma série de determinantes institucionais e fatores sociais, seja porque o Estado vem sendo omissos na sua tarefa de prevenir e reprimir o crime e na missão de oferecer políticas sociais voltadas para o bem-estar de todos, seja porque a própria sociedade não vem contribuindo para a sua diminuição e reprovação. Os crimes cometidos mais cotidianamente em todos os recantos do País, nos pequenos e grandes centros urbanos e na zona rural, violam o patrimônio alheio (68%), significando dizer, por isso, que o desemprego caminha lado a lado com o roubo, o furto, a apropriação indébita, o estelionato e a extorsão mediante sequestro. São pessoas que ingressam na criminalidade, quantas vezes, pela falta de oportunidade de emprego, em geral homens e mulheres responsáveis pela criação de filhos que vieram ao mundo sem qualquer controle de natalidade, outra função estatal reconhecidamente desprezada. Sem perspectivas de sustentar a família com os ganhos de um trabalho honesto e gratificante - numa sociedade em que todos podem adquirir uma arma de fogo livremente - fica muito mais fácil cometer ilícitos penais. A ausência de políticas sociais (emprego, moradia, saúde, educação, principalmente), com certeza, tem corroborado concretamente com o aumento da criminalidade.

Cumpramos assinalar, por outro lado, que esse mesmo Estado há muito vem fracassando na sua árdua missão de evitar e de combater o crime, posto que sejam reconhecidamente inoperantes as políticas de segurança pública e o aparelhamento de repressão ao delito. Se, de um lado, constatamos uma polícia ostensiva e judiciária completamente desmotivada, despreparada e ineficaz, a quem compete investigar e evitar o crime, por outra via vivenciamos um Ministério Público, autor da ação penal e guardião dos direitos difusos, absolutamente relegado a segundo plano, no momento em que quase sempre lhe é negado o seu fortalecimento institucional, por ocasião da fixação da sua dotação orçamentária. Estamos num País em que o Judiciário, responsável número um pela distribuição de justiça e verdadeiro sustentáculo da democracia, só é Poder no momento de ser cobrado, o que acontece insistentemente. Pouco se fala em seu soerguimento ou na sua modernização. Uma polícia que não previne e não investiga a contento o crime, um Ministério Público e um Judiciário reconhecidamente sucateados e inertes frente a uma criminalidade crescente e cada vez mais organizada, necessariamente também dão causa à evolução do crime.

A própria sociedade - responsável solidária pela segurança pública (art. 144, CF/88) - quase nada tem feito em benefício de uma paz social duradoura, no momento em que, chamada a participar da prova indiciária ou processual, costumeiramente se esquivam em denunciar os verdadeiros culpados e a depor nos inquéritos policiais e em processos criminais instaurados com a função de apurar a responsabilidade criminal dos eventuais culpados.

Ouvi de um juiz de Direito, recentemente, a seguinte expressão: muitas pessoas estão preferindo ser presas, pois só assim terão acesso à comida e moradia. É forçoso reconhecer que razão assiste ao magistrado. Embora a liberdade seja um dos mais importantes de todos os direitos e garantias individuais assegurados aos brasileiros pela Constituição, infelizmente, muitos famintos e excluídos socialmente preferem ser custodiados pelo Estado a viver em liberdade, em troca de comida e de moradia. A injustiça social, portanto, tem contribuído para o atual quadro de violência e de desumanidade, ao tempo em que tem transformado a liberdade de ir e vir numa utopia para os excluídos da sociedade.

Adaptado de Adeildo Nunes. In: www.paranaonline.com.br/direitoejustica

01. É comum, em textos argumentativos, que o autor busque o envolvimento do leitor com os fatos e opiniões apresentados.

O melhor exemplo dessa tentativa de envolvimento do leitor está no emprego da seguinte expressão no texto:

- A) "todos sabemos" (l. 1/2)
- B) "significando dizer" (l. 9)
- C) "por isso" (l. 10)
- D) "com certeza" (l. 21)
- E) "É forçoso" (l. 51)

02. No título, emprega-se a conjunção aditiva "e" para ligar "exclusão" à "violência".

A leitura global do texto, entretanto, revela que não se trata de uma adição. A relação que o autor estabelece entre exclusão e violência, na verdade, é de:

- A) causalidade
- B) proporcionalidade
- C) temporalidade
- D) adversidade
- E) finalidade

03. Um exemplo do texto em que a palavra é formada pela adição de sufixo e prefixo é:

- A) cotidianamente
- B) oportunidade
- C) responsáveis
- D) infelizmente
- E) sucateados

04. "Os crimes cometidos mais cotidianamente em todos os recantos do País, nos pequenos e grandes centros urbanos e na zona rural, violam o patrimônio alheio (68%)".

No contexto do primeiro parágrafo, a inclusão do dado numérico entre parênteses serve para demonstrar que os crimes são:

- A) disseminados e frequentes
- B) numerosos e incontroláveis
- C) banais e irrelevantes
- D) constantes e assustadores
- E) leves e quantificáveis

05. Em geral, os advérbios terminados em -mente expressam ideia de modo.

O exemplo do texto em que o advérbio grifado **não** expressa modo é:

- A) "adquirir uma arma de fogo livremente"
- B) "reconhecidamente sucateados e inertes"
- C) "o que acontece insistentemente"
- D) "costumeiramente se esquivam em denunciar"
- E) "Ouvi de um juiz de Direito, recentemente"

06. O último parágrafo pode ser considerado, de fato, como uma conclusão da argumentação desenvolvida, principalmente porque:

- A) registra, como argumento de autoridade, a opinião de um juiz
- B) retoma, em forma de síntese, eixos desenvolvidos no texto
- C) insere, como contra-argumentação, novas opiniões sobre o tema
- D) contradiz, com um exemplo concreto, o senso comum da sociedade
- E) enumera, de modo breve, soluções possíveis para o problema

07. "Embora a liberdade seja um dos mais importantes de todos os direitos e garantias individuais assegurados aos brasileiros pela Constituição"... (l. 52/54)

No contexto citado acima, o conectivo sublinhado estabelece uma relação de:

- A) causa
- B) consequência
- C) concessão
- D) conformidade
- E) explicação

08. A palavra ou expressão grifada encontra-se corretamente substituída por um pronome pessoal na seguinte alternativa:

- A) "violam o patrimônio alheio" – violam-o
- B) "sustentar a família" - sustentar-lhe
- C) "denunciar os verdadeiros culpados" – denunciá-los
- D) "Ouvi de um juiz de Direito" – ouvi-o
- E) "tem transformado a liberdade" – tem transformado-lhe

09. "É forçoso reconhecer que razão assiste ao magistrado."

A frase acima exemplifica um uso mais formal da língua, escolhido pelo autor deste texto, que foi originalmente publicado em uma seção voltada para questões de Direito e Justiça de um jornal.

No contexto da frase, o significado do verbo "assistir" é:

- A) comparecer
- B) acompanhar
- C) faltar
- D) caber
- E) permanecer

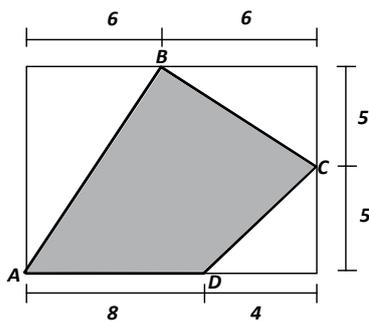
10. O vocábulo que é um pronome relativo quando substitui palavra já enunciada.

O exemplo do texto no qual o vocábulo que se classifica como pronome relativo está em:

- A) "significando dizer, por isso, que o desemprego caminha lado a lado com o roubo"
- B) "na sua árdua missão de evitar e de combater o crime, posto que sejam reconhecidamente inoperantes as políticas de segurança pública"
- C) "responsáveis pela criação de filhos que vieram ao mundo sem qualquer controle de natalidade"
- D) "Cumpre assinalar, por outro lado, que esse mesmo Estado"
- E) "É forçoso reconhecer que razão assiste ao magistrado"

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Observe atentamente o retângulo abaixo, no interior do qual se encontra um polígono ABCD:



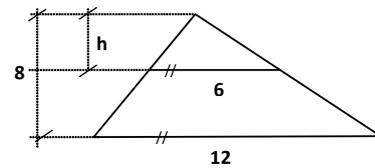
A área hachurada vale:

- A) 55
- B) 65
- C) 90
- D) 120
- E) 150

12. Considere um dado não viciado, com 6 faces numeradas de 1 a 6. A probabilidade de sair um número maior do que 4 ao se lançar esse dado é:

- A) 1/6
- B) 1/3
- C) 1/2
- D) 4/5
- E) 1

13. Observe a figura abaixo, onde o símbolo "//" indica segmentos paralelos.



A altura *h* vale:

- A) 4,0
- B) 4,5
- C) 5,0
- D) 5,5
- E) 6,0

14. Uma quantidade *X* é dada pela expressão:

$$X = 0,023^3 + 3 \cdot 2,977^2 \cdot 0,023 + 3 \cdot 2,977 \cdot 0,023^2 + 2,977^3$$

Desse modo, *X* é igual a:

- A) 25,2527456
- B) 26,3939392
- C) 27,0000000
- D) 36,0000000
- E) 36,3020293

15. Para que o sistema de equações $\begin{cases} (m-3) \cdot x + (m-1) \cdot y = 2 \\ (m+1) \cdot x + n \cdot y = 1 \end{cases}$ admita infinitas soluções para *x* e *y*, *m* e *n* devem valer, respectivamente:

- A) 1 e 0
- B) -3 e -5
- C) -5 e 0
- D) -5 e -3
- E) -5 e 1

CONHECIMENTOS GERAIS

16. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se proteger também a gestante e mãe. Nesse sentido, consoante as regras estatutárias, é correto afirmar que:

- A) deve ser fornecido apoio psicológico à gestante, cessando após o nascimento da criança.
- B) a assistência psicológica deve cessar no período de estado puerperal da mãe.
- C) o apoio do Estado deve perdurar para a mãe mesmo que ela tenha manifestado interesse na entrega da criança para adoção.
- D) no período pós-natal, a mãe deve ser encaminhada para órgão de saúde fora do âmbito do sistema único.
- E) caso a mãe esteja submetida a regime privativo de liberdade, a criança não terá direito ao aleitamento materno

17. No concernente às obrigações dos hospitais a respeito da criança e do adolescente, normatizadas pelo ECA, **não** se inclui:

- A) manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- B) proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais
- C) manter quartos especiais para abrigar a mãe, o recém-nascido e seus familiares em visita
- D) fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato
- E) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe

18. Em casos de maus-tratos a crianças ou adolescentes, consoante as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se comunicar o fato ao:

- A) Conselho de Pais
- B) Prefeito Municipal
- C) Governador do Estado
- D) Conselho Tutelar
- E) Presidente da República.

19. Como projeção do direito à liberdade, a criança e o adolescente **não** têm direito a:

- A) opinião e expressão
- B) crença e culto religioso
- C) brincadeiras, prática de esportes e diversões
- D) participação da vida familiar e comunitária, sem discriminação
- E) inscrição em partido político

20. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente e **não** abrange a preservação de:

- A) imagem
- B) identidade
- C) autonomia
- D) valores
- E) vida noturna

21. Dentre as formas de proteção à criança, está a relacionada à criança, em programas de acolhimento. Nesse caso, impõe-se a sua reavaliação a cada período de:

- A) doze meses
- B) cinco meses
- C) seis meses
- D) três meses
- E) nove meses

22. Nos termos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- A) o pátrio poder é conferido primacialmente ao pai, em detrimento da mãe
- B) o poder familiar é exercido de forma conjunta entre pai e mãe
- C) as divergências entre pai e mãe em relação à educação dos filhos devem ser dirimidas por árbitro
- D) a carência de meios de subsistência é motivo suficiente para a perda da guarda dos filhos
- E) os pais podem delegar ao Estado o sustento, a guarda e a educação dos filhos, abstendo-se de contribuir para o seu desenvolvimento

23. Consoante as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento **não** pode ser realizado por:

- A) testamento
- B) termo de nascimento
- C) escritura pública
- D) documento público
- E) documento particular

24. É correto afirmar, consoante as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, que a colocação em família substituta pode ser realizada por:

- A) remoção
- B) compartilhamento
- C) guarda
- D) acolhimento
- E) internação

25. Consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto à colocação, em família substituta, de criança proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é correto afirmar que deve ser preferentemente:

- A) observada a ordem cronológica das famílias aptas à adoção
- B) colocada entre membros da comunidade quilombola
- C) adotada por famílias estrangeiras em ordem cronológica
- D) colocada em famílias de etnia diversa para propiciar o multiculturalismo
- E) colocada em famílias que habitem municípios mais distantes para possibilitar melhor acomodação

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Em “Por uma Política Nacional de Execução das Medidas Socioeducativas – Conceitos e Principais Norteadores” (SEE-DH/2006), o autor aborda a seguinte questão: os adolescentes entre 12 e 18 anos, embora inimputáveis frente às sanções do Direito Penal Comum, são estatutariamente responsáveis, ficando “sujeitos às normas da legislação especial”

(Constituição Federal, art. 228).

O texto esclarece que o conceito de responsabilidade penal do adolescente difere do conceito de imputabilidade penal e relaciona os aspectos que determinam a diferença entre os dois conceitos. Na relação a seguir, identifique as alternativas que indicam esses aspectos diferenciais:

- I- A imputabilidade é a capacidade de responder frente às leis penais.
- II- A responsabilidade é o resultado da infração à lei, no caso o Estatuto, tendo como consequência a medida socioeducativa.
- III- A possibilidade da mudança da medida socioeducativa, no menor espaço de tempo, para outra menos agravosa.
- IV- O caráter predominantemente educativo da medida, com condições para que o adolescente se sinta responsável, não só pelo seu passado, mas pelo seu presente e pelo seu futuro.
- V- A privação de liberdade de execução indelegável atribuída ao poder público municipal e estadual.

Os aspectos que diferenciam os dois conceitos são:

- A) I, II, IV, V
- B) I, II, III, IV
- C) I, II, III, V
- D) II, III, IV, V
- E) I, III, IV, V

27. Em sua concepção de educação, Paulo Freire percebe o homem como um ser autônomo. Esta autonomia está presente em sua capacidade de ‘ser mais’, de transformar o mundo. É por sua capacidade de admirar, problematizar e criticar a realidade em que vive, que o homem se diferencia do animal. Por essa razão, Freire afirma que o educando, antes de tudo, deve descobrir-se como um construtor desse mundo e da cultura que o cerca. Ele entende a cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo, o resultado do seu esforço criador. Com base nessas afirmações, pode-se concluir que, para Paulo Freire:

- A) o diálogo é o elemento-chave em que o professor e o aluno são sujeitos atuantes
- B) o problema da libertação dos oprimidos, principalmente com a arrancada neoliberal, continua se apresentando como o maior desafio dos homens e das mulheres que constroem o seu tempo e o seu espaço histórico
- C) a natureza política da educação, antes mesmo que sua especificidade pedagógica, técnica e didática, foi o cerne da preocupação freiriana com sua práxis educativa
- D) o mundo é passível de transformação, e é a consciência crítica do homem que o leva a encher de cultura os espaços geográficos e históricos
- E) a pedagogia continua a percepção clara da cotidianidade discriminatória da nossa sociedade preponderantemente patriarcal e elitista

28. Disse Edgard Morin (1987): “Indicar a necessidade não chega: é preciso que seja possível responder a seu apelo... Mas é preciso distinguir a verdadeira e a falsa impossibilidade. A verdadeira decorre dos nossos limites. A falsa decorre do tabu e da resignação”.

A LDB 9394/96, em seu art. 2º, estabelece os princípios e os fins da Educação Nacional. A educação tem, por finalidade, formar o cidadão para uma vida em sentido pleno. Ele deve ser capaz de se conhecer, e de transformar sua situação social e existencial. Entretanto, para que a educação atinja seu objetivo formativo, é necessário um olhar crítico sobre a realidade, e um currículo escolar mais rico em oportunidades, mais abrangente, e mais próximo da realidade de vida do aluno. Um currículo, assim construído, terá como conceito norteador a:

- A) complementaridade de assuntos
- B) tecnologia moderna
- C) interdisciplinaridade
- D) ênfase aos conhecimentos sistematizados
- E) fragmentação de conteúdos

29. O papel do Pedagogo na concretização da ação educativa com adolescentes é da maior importância. O atendimento ao adolescente exige do Pedagogo e de toda a equipe multidisciplinar uma relação democrática, na qual é fundamental não falar só de cima pra baixo, como se apenas o profissional seja portador da verdade. Os educadores sociais devem treinar a sua escuta, pois é escutando os adolescentes que se aprende a falar com eles. De acordo com a consideração lida, a ação do Pedagogo deve ser, principalmente, no sentido de:

- A) procurar ser solidária com as dificuldades dos adolescentes, mantendo, porém, o planejamento elaborado apenas pelos técnicos
- B) propiciar um ambiente acolhedor para que possa interferir com mais poder no planejamento das atividades educativas
- C) manter bom relacionamento entre os educadores sem se desviar do projeto pessoal de acompanhamento às ações da equipe
- D) promover um ambiente participativo para melhor exercer o controle das atividades realizadas
- E) construir-se na ação coletiva da equipe multidisciplinar, contribuindo para a reconstrução crítica da realidade educacional

30. No Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Nº 8.069 de 1990, Capítulo II, os artigos 15 e 16 referem-se ao direito de crianças e adolescentes à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento, e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. Dentre outros, o ECA garante à criança e ao adolescente o direito de dizer o que sente e de querer explicação sobre as questões à sua volta, o que implica:

- A) participação na vida familiar e comunitária, sem discriminação
- B) liberdade de opinião e expressão
- C) escolha de crença e culto religioso
- D) possibilidade de brincar, praticar esportes e divertir-se
- E) acesso e permanência na escola

31. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8069/90, estabelece, no artigo 4º, os direitos fundamentais da criança e do adolescente, já garantidos na Constituição Federal do Brasil (art.5º), inspirados na Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia das Nações Unidas, em 1959. Pela lei, esses direitos são assegurados a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade. A garantia dos direitos da criança e do adolescente, assegurada pelo ECA, implica as seguintes prioridades:

- I- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- II- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- III- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- IV- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas de proteção à infância e à juventude
- V- primazia na obtenção de emprego formal quando a situação o exigir

As prioridades estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são:

- A) I, II, IV, V
- B) I, II, III, V
- C) I, III, IV, V
- D) II, III, IV, V
- E) I, II, III, IV

32. Segundo Mario Volpi (2011), atualmente, no Brasil, tem-se procurado construir uma abordagem socioeducativa que permita, ao jovem, a mudança de atitude e a construção de um projeto de vida com dignidade e respeito aos direitos de todos. Esse tipo de abordagem implica rigoroso acatamento aos princípios pedagógicos norteadores da vida cotidiana nas unidades de internação. Dentre esses importantes princípios pedagógicos não se inclui o da seguinte alternativa:

- A) trabalho em equipe transdisciplinar, associando a teoria à intuição e ao bom senso
- B) regras de convivência, discutidas e informadas de forma clara e pedagógica
- C) sanções disciplinares, exclusivamente com métodos de contenção não violentos
- D) atividades psicoterapêuticas aplicadas de forma generalizada para todos os internos
- E) envolvimento da família e da comunidade na vida da unidade de internação

33. A escola contemporânea é hoje concebida como um local de articulação e confronto das experiências e conceitos de alunos e professores. Nela, o educando pode desenvolver o espírito crítico, o sentido de justiça, o respeito pelo outro e a solidariedade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam a necessidade de um currículo que não só favoreça a inserção do aluno no dia a dia das questões sociais marcantes no país, bem como nos problemas de um universo cultural mais amplo. Nesse contexto, o pedagogo contribui para a operacionalização dessa escola, quando estimula o educador a:

- A) ter um desempenho meramente técnico, porém excelente
- B) ficar restrito à sua área de atuação, onde tem experiência
- C) preocupar-se em realizar muitos testes de avaliação
- D) assumir a responsabilidade de desenvolver competências e habilidades
- E) selecionar conteúdos isolados, mas que precisam ser trabalhados

34. A luta contra a miséria é também, e essencialmente, uma questão ética e política, pois a miséria não cai do céu como um fenômeno natural. No Brasil, muitas ações e estratégias públicas e privadas estão sendo implementadas, com indicadores de bons resultados, para melhorar a situação social de parte da população que ainda vive em situação de miséria. Na área da Educação, resultados expressivos já foram registrados no que tange aos índices de crianças matriculadas no ensino fundamental. O acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola têm sua garantia estabelecida por:

- A) LDB 9393/96 e PNE 10172/01
- B) ECA 8069/90 e PCN 2000
- C) LDB 9394/96 e ECA 8069/90
- D) PNE 10172/01 e ECA 8069/90
- E) LDB 9394/96 e PCN 2000

35. Leia o texto abaixo.

“O último grito de socorro é dado. O grito mais desesperado de pedido de ajuda, desenhado com cores de dor, solidão e violência. Perder a liberdade é perder um direito que está escrito nos papéis da lei e nos céus da divindade e ocorre quando o adolescente clama por contenção, por não saber quem é e do que é capaz de fazer, ou por saber quem é e do que é capaz de fazer, numa luta por sua própria identidade. A unidade de internação é local de exercício diário, de vivência de valores morais, como respeito e tolerância, por todos que fazem parte desse processo: educadores e educandos, educando-se. A função da unidade de internação é proporcionar ao adolescente recomeçar e refazer caminhos: o caminho pra dentro de si mesmo e o que conduz para fora, o caminho da convivência social.”

Texto adaptado de: Equipe do CAO-INF disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/manual_socio-educar.pdf

O texto lido é uma reflexão sobre a privação da liberdade de um adolescente que cometeu ato infracional. Ele aponta, de forma estimuladora, o processo de transformação que o jovem pode viver durante sua permanência na unidade, procurando refazer seus caminhos. Nesse sentido, o Pedagogo da unidade sócio-educativa deve ser o articulador, junto aos educadores sociais, de estratégias e de atividades pedagógicas pautadas nos princípios norteadores e nas finalidades da internação, a saber:

- I- respeito – considerar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento
- II- incomunicabilidade – ficar incomunicável durante a privação da liberdade
- III- educativa – dotar o adolescente em conflito com a lei de instrumentos adequados para enfrentar os desafios do convívio social
- IV- brevidade – ter um tempo determinado para sua duração
- V- excepcionalidade – aplicar somente se for inviável ou malograr a aplicação das demais medidas

São princípios e fins da internação do adolescente em unidade de atendimento:

- A) I, III, IV, V
- B) I, II, III, IV
- C) I, II, III, V
- D) II, III, IV, V
- E) I, III, IV, V

36. “O exemplo não é a melhor maneira de um ser humano exercer uma influência construtiva e duradoura sobre outros seres humanos. É a única.”

Anton Makarenko

Antônio C. G. da Costa, em Fundamentos Éticos da Ação Socioeducativa, enfatiza que o socioeducador deve ser capaz de “reconhecer a violência simbólica (tratamento humilhante e degradante) como uma das principais causas de violência por parte dos educandos, principalmente dos que estão cumprindo medidas privativas e restritivas de liberdade”. O socioeducador deve ser uma presença educativa e, através do próprio exemplo, deve ter atitudes que demonstrem, essencialmente:

- A) coragem e enfrentamento
- B) provocação e constrangimento
- C) autoritarismo e liderança
- D) força e segurança
- E) respeito e interesse

37. A escola, nos dias de hoje, enfrenta uma série de problemas, de contradições, e muitas vezes não está preparada para o enfrentamento das questões e para a sua superação. No entanto, ela precisa se posicionar com clareza sobre a sua intencionalidade e garantir o direito de acesso, permanência e aprendizagem ao aluno. Nesse contexto, a presença do Pedagogo, como profissional integrante da equipe de gestão, é da maior importância por seu trabalho formativo com os professores, ajudando-os a tomar consciência das dimensões envolvidas em sua prática e das possibilidades de mudanças. A mediação do pedagogo é, pois, fundamental, ajudando os professores em sua formação contínua, sem perder de vista a intencionalidade de sua ação na efetivação do projeto político-pedagógico da unidade. Considerando o texto, o pedagogo escolar deve realizar ações de:

- A) articulação e informação
- B) substituição e cooperação
- C) administração e gestão
- D) avaliação e demissão
- E) fiscalização e controle

38. A LDB 9394/96 aborda e define aspectos importantes relacionados ao currículo escolar, nos artigos 26 a 28. A Lei determina que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, de acordo com as exigências regionais e locais da sociedade. A Educação Física, por exemplo, está integrada à proposta pedagógica da escola, sendo um dos seus componentes obrigatórios. A Lei ainda estabelece a promoção do desporto educacional e o apoio a práticas desportivas, não formais, uma iniciativa legal de grande valor formativo. Em 2003, a Lei Nº 10.793 alterou a redação do artigo 26 da Lei anterior, determinando o seguinte: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que:

- A) curse a 2ª fase do ensino fundamental
- B) não possua uniforme de Educação Física
- C) cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas
- D) faça um trabalho para nota ao final do semestre
- E) não tenha aptidão para o tipo de esporte trabalhado

39. Cristina é a nova pedagoga de uma unidade de socioeducativa do DEGASE. Ela está entusiasmada e orgulhosa com seu novo emprego e com o trabalho que deseja realizar. A Pedagoga já conhece as atribuições que lhe cabem na estrutura organizacional da unidade, dentre elas as seguintes:

- I- colaborar com o Diretor da Unidade Escolar, em consonância com as diretrizes da Unidade Socioeducativa, na promoção do processo integrador e articulador das ações pedagógicas desenvolvidas na Unidade Escolar
- II- assessorar o Diretor da Unidade Socioeducativa em todas as ações pedagógicas
- III- acompanhar, apoiar e orientar, sempre que solicitado, a execução do currículo
- IV- organizar as atividades para os educadores, assim como os exercícios de recuperação de conteúdos, para garantir a aprendizagem dos adolescentes
- V- participar da elaboração do currículo da Unidade Escolar, em consonância com as diretrizes da Unidade Sócio-educativa, na integração do adolescente, desenvolvendo, quando necessário, trabalhos junto às famílias

São atribuições do Pedagogo numa unidade socioeducativa:

- A) I, II, III, IV
- B) I, II, III, V
- C) II, III, IV, V
- D) I, III, IV, V
- E) I, II, IV, V

40. O diálogo pressupõe um ato de reflexão-ação comigo, com o outro e com o mundo. E é no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles e com elas. As palavras de Paulo Freire revelam a segurança do educador que tem convicção de que sabe algo e a certeza de que pode saber mais e melhor, na troca com o outro. Nesse sentido, a construção do projeto político-pedagógico, numa ação dialógica e participativa, revela, principalmente, a possibilidade que o projeto oferece de:

- A) atividades mais estruturadas
- B) uma prática mais eficiente
- C) ação crítica e transformadora
- D) resultados mais produtivos
- E) otimização de trabalho e recursos

41. Muitos teóricos da educação têm enfatizado o valor das interações estabelecidas entre os jovens em sala de aula, o que não implica a ideia de uma sala de aula toda arrumada com alunos calados e passivos, e onde todos ouvem o professor transmitindo informações e conceitos que devem ser assimilados pelos alunos, de forma a reproduzi-los durante toda a vida. As teorias pedagógicas sociointeracionistas da aprendizagem defendem o desenvolvimento humano a partir de:

- A) análises das experiências individuais que cada um consegue elaborar
- B) atividades desenvolvidas organizadamente, em graus crescentes de dificuldades
- C) relações sociais que a pessoa estabelece no decorrer da vida
- D) várias oportunidades de aquisição do conhecimento transmitido
- E) possibilidades de assimilação de conhecimento de cada indivíduo

42. O art. 2º da LDB Nº 9394/96 reconhece a educação como dever da família e do Estado e cuja finalidade é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É a escola que faz a ponte ligando a criança e o adolescente à família e à comunidade, e que deve garantir o processo ensino-aprendizagem de qualidade e com bons resultados. A equipe técnica da escola e os professores devem estar atentos aos sinais de que algo pode estar errado com os alunos ou com suas famílias. Nesse sentido, o Pedagogo deve conhecer as medidas de proteção e atendimento estabelecidas nos artigos 99 e 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as quais estão a/o:

- I- prevalência de medidas que mantenham ou reintegrem a criança ou o adolescente na família natural ou extensa, ou o integrem a uma família substituta
- II- intervenção adequada à situação de perigo em que a criança ou adolescente se encontra
- III- proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares
- IV- acolhimento institucional e acolhimento familiar como medidas provisórias e excepcionais, não implicando privação de liberdade
- V- medidas socioeducativas que comportam, apenas, aspectos de natureza coercitiva, considerando o seu caráter punitivo

São medidas de proteção e atendimento estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) I, II, III, IV
- B) I, II, III, V
- C) II, III, IV, V
- D) I, III, IV, V
- E) I, II, IV, V

43. A educação contemporânea tem um forte compromisso com a construção da cidadania. Para que isso seja possível, há necessidade de uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, para a garantia dos direitos do cidadão e para as responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Atendendo a essa perspectiva, foram incorporados os chamados Temas Transversais, ao currículo escolar, trazendo, para debate, questões importantes que estão presentes no cotidiano da vida do adolescente brasileiro. Deve-se entender Transversalidade como:

- A) o desafio que os PCN trouxeram para a escola
- B) uma nova teoria filosófica
- C) uma teoria voltada só para o adolescente infrator
- D) uma forma de organizar o trabalho didático
- E) uma das questões relativas à Ética

44. No decorrer dos anos, várias tendências pedagógicas influenciaram a educação brasileira. Uma dessas tendências defende que a escola tem como função social democratizar o acesso ao saber historicamente elaborado, problematizar a cultura hegemônica e contribuir para a transformação social. Essa abordagem é considerada:

- A) tecnicista
- B) tradicional
- C) libertadora
- D) crítico-social
- E) renovada

45. No Brasil, a educação de crianças e adolescentes, apesar dos muitos investimentos e avanços, ainda apresenta muitos desafios, entre os quais a superação do fracasso escolar e do decorrente processo de evasão da escola, fatores que contribuem, enormemente, para o aumento dos índices de crianças e jovens nas ruas, muitos cometendo atos infracionais. Os marginalizados do sistema educacional são, também, os que sofrem maior risco de serem vítimas de todo tipo de violência. Na busca da superação desse problema, o Pedagogo contribui para a melhoria da práxis pedagógica da equipe docente quando:

- A) responde pela infraestrutura material da escola
- B) coordena o Conselho de Classe, exclusivamente em sua execução
- C) acompanha a construção e a efetivação do currículo
- D) atende os alunos, individualmente, para recuperação
- E) seleciona os conteúdos adequados às turmas, para os professores

46. A presença do Pedagogo como profissional da equipe de gestão em uma unidade de atendimento do DEGASE, é da maior importância para a ação educativa da instituição. O trabalho formativo do Pedagogo, com os professores, ajuda-os a tomar consciência das dimensões envolvidas em sua prática e a perceber as possibilidades de mudanças. A mediação do Pedagogo é fundamental na formação continuada dos educadores, e na efetivação do projeto político-pedagógico da unidade. Para tanto, o Pedagogo deve realizar, principalmente, ações de:

- A) articulação e informação
- B) substituição e cooperação
- C) administração e ajuda
- D) avaliação e demissão
- E) fiscalização e controle

47. Analisando a questão do autoritarismo no processo ensino-aprendizagem, ainda presente nas escolas, Luckesi assinala a importância de lembrar que tanto a avaliação da aprendizagem escolar como a avaliação educacional são:

- A) condições de articular a aprovação ou a reprovação do aluno ao final do ano letivo
- B) meios de selecionar social e culturalmente os alunos para formação de turmas
- C) ações baseadas num “receituário teórico” norteador da ação educativa
- D) instrumentos unicamente de caráter classificatório
- E) meios e não fins, estando delimitadas pela prática que as particularizam

48. Quando se debate as transformações que a sociedade contemporânea vivencia e suas relações com o processo de escolarização, o currículo tem sido o principal objeto de questionamento. Na elaboração do currículo escolar, concerne, prioritariamente, à ação do Pedagogo:

- A) realizar reuniões para apresentar as diretrizes curriculares e os sistemas de avaliação propostos pelo estado
- B) propiciar oportunidades de estudos aos professores, para reflexão e reavaliação do trabalho, e para proposição de novas ações
- C) elaborar e oferecer à comunidade escolar um Projeto Político Pedagógico com metas, objetivos e ações bem traçados e atualizados
- D) organizar o currículo da unidade escolar com o corpo técnico da escola e apresentá-lo aos professores
- E) coordenar os encontros para seleção de conteúdos e de material didático

49. Uma das principais tarefas da escola é a responsabilidade de refletir sobre a sua concepção de educação e traduzi-la num projeto político-pedagógico. O Pedagogo tem atuação importante na construção do projeto, como um dos coordenadores dos trabalhos e como participante das discussões e deliberações. O Projeto Político-Pedagógico da escola deve apresentar as seguintes características:

- I- é uma construção coletiva, com a participação de toda a comunidade escolar
- II- retrata basicamente as determinações oriundas dos órgãos superiores
- III- é um conjunto de proposições que aponta as diretrizes gerais para um trabalho de qualidade
- IV- reflete a filosofia de educação adotada pela unidade escolar
- V- reforça o compromisso de todos com o desenvolvimento do trabalho

São características do Projeto Político-Pedagógico, as seguintes:

- A) I, II, III, IV
- B) I, III, IV, V
- C) II, III, IV, V
- D) I, II, III, V
- E) I, II, IV, V

50. O guia da SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente: “Parâmetros para a formação do socioeducador” traz a reflexão sobre as competências técnicas e relacionais dos operadores do sistema de administração da justiça juvenil, englobando todas as dimensões desse atendimento: a área jurídica, a de execução das medidas socioeducativas e a da segurança pública. O autor, não só enfatiza a conexão de saberes na socioeducação, como apresenta os seus fundamentos pedagógicos. As alternativas que explicitam os fundamentos pedagógicos da socioeducação, são:

- I- entende a socioeducação como parte constitutiva da Educação Nacional, ao lado da Educação Básica e da Educação Profissional
- II- tem como fim a formação plena do educando e sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho
- III- tem como fundamentos básicos os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade
- IV- reconhece a modalidade de educação como um direito do jovem em conflito com a lei
- V- substitui o saber técnico e específico de cada profissional envolvido no atendimento socioeducativo à criança e ao adolescente

A socioeducação pauta-se nos seguintes fundamentos pedagógicos:

- A) I, II, III, V
- B) II, III, IV, V
- C) I, III, IV, V
- D) I, II, IV, V
- E) I, II, III, IV

PROVA DE REDAÇÃO

Escolha um dos temas apresentados a seguir para fazer sua redação, utilizando o espaço disponível para o rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova de Redação.

TEMA 1

Leia atentamente o texto abaixo, que servirá apenas como ponto de partida para sua reflexão. Em seguida, desenvolva o seu texto conforme as instruções.

Reeducar. Recuperar. Reinsserir. Sob esse trinômio foi lançado dia 31, em Florianópolis (SC), o Projeto Horizontes Velas, que se estenderá por seis meses. Voltado para adolescentes em liberdade assistida de Santa Catarina, os participantes terão aulas de marinharia e prática esportiva do iatismo com o pentacampeão brasileiro da classe Laser, Bruno Fontes, entre outros atletas, e noções de cidadania e emancipação.

Mesmo que não estejam cumprindo medida socioeducativa em regime de internação, os adolescentes que estão em conflito com a lei enfrentam dificuldades e preconceitos. Para os jovens catarinenses nesta situação, o Projeto Horizontes Velas, executado pela Associação Horizontes, é uma oportunidade de formação e posterior trabalho na área náutica.

Durante os seis meses de curso, os 15 adolescentes do primeiro grupo – com idades entre 14 e 17 anos – terão aulas às segundas, quartas e sextas-feiras, a partir do próximo dia 4, num total de 10 horas e meia semanais.

“O projeto Horizontes Velas é sustentado pelo tripé educação-esporte-trabalho e busca instruir, aumentar a autoestima dos jovens e facilitar o ingresso deles no mercado de trabalho, seja na condição de aprendizes ou de empregados, conforme o caso. No caso específico dos adolescentes em conflito com a lei, nosso principal objetivo é prepará-los para trabalhar no crescente mercado náutico de Florianópolis e região e afastá-los, cada vez mais, das causas que os levaram à medida socioeducativa”, explica Marcos Molinari, vice-presidente da Associação Horizontes.

O texto é uma notícia sobre um projeto de integração de jovens à sociedade por meio do esporte e da educação para o trabalho.

Escreva um **texto argumentativo/dissertativo**, de 30 (trinta) a 40 (quarenta) linhas, no qual apresente sua opinião e/ou suas propostas acerca do seguinte tema:

EDUCAÇÃO, TRABALHO, ESPORTE E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DO JOVEM INFRATOR.

Lembre-se:

- *Empregue a modalidade culta da língua;*
- *não copie partes do texto que serviu de base para esta proposta de redação; escreva um texto de sua própria autoria;*
- *dê um título ao seu texto.*

TEMA 2

Leia atentamente o texto abaixo, que servirá apenas como ponto de partida para sua reflexão. Em seguida, desenvolva o seu texto conforme as instruções.

A exclusão social e a delinquência juvenil têm ocupado amplo espaço na mídia e nas discussões acadêmicas. Na ideia de exclusão inserem-se várias formas de segregação e discriminação, levando a um conjunto de vulnerabilidades difíceis de superar. [...] Os jovens e suas famílias sofrem as consequências emocionais e financeiras decorrentes da separação dos pais: ausência da figura paterna priva-os do modelo adequado para identidade social; ausência da mãe, por causa de trabalho ou pelo abandono do lar, impossibilita a supervisão apropriada da educação e cuidado dos filhos. As vulnerabilidades da família revelam, também, uma complicada história de agravos à saúde e de violências sofridas.

A exclusão pode acontecer sob várias formas. Uma delas e, talvez a mais grave, pois pode gerar outros tipos de exclusão, é a econômica. Quando o país, por questões políticas, administrativas, ou como resultado de um processo mundial, não gera emprego para seus cidadãos, deixa de lado, geralmente, os menos preparados, os que já se encontram em uma zona menos privilegiada. O desemprego estrutural, por sua vez, aliena uma parcela da população que anteriormente se encontrava inserida na sociedade, com papéis definidos.

Algumas outras formas de exclusão são a cultural, a territorial e a étnica. A segregação cultural priva o indivíduo de obter uma escolaridade que é o instrumento para maiores chances de um emprego com melhor remuneração, assim como, de ter acesso a informações que o habilitem a exercer sua cidadania de forma plena. A exclusão territorial afasta o cidadão do convívio com o restante da sociedade, do emprego, da escola e, até, da terra produtiva. A segregação étnica provoca comportamento de revolta entre os indivíduos, classificando-os como seres inferiores e diferentes, impedindo que usufruam plenamente dos bens de consumo, da escola, de serviços de saúde, alijando-os do convívio sadio e produtivo na comunidade.

(Adaptado de Maria Cristina Feijó e Simone Gonçalves de Assis. "O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias". In: **Estudos de psicologia**. vol.9 no.1. Natal, jan/abril 2004.)

O texto é parte de uma notícia que mostra uma das muitas experiências de integração social de jovens em situação social de risco, associando esse aspecto à questão da violência urbana.

Escreva um **texto argumentativo/dissertativo em prosa**, de 30 (trinta) a 40 (quarenta) linhas, no qual apresente sua opinião e/ou suas propostas acerca do seguinte tema:

A EXCLUSÃO SOCIAL E O JOVEM INFRATOR NO BRASIL DE HOJE.

Lembre-se:

- *Empregue a modalidade culta da língua;*
- *não copie partes do texto que serviu de base para esta proposta de redação; escreva um texto de sua própria autoria;*
- *dê um título ao seu texto.*

GRADE DE AVALIAÇÃO DOS TEMAS 1 E 2

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A – Tema e desenvolvimento da argumentação	0 a 5
B – Texto dissertativo	0 a 5
C – Coesão textual, clareza, estruturação sintática	0 a 5
D – Norma culta da língua	0 a 5

RASCUNHO

10

20

RASCUNHO